

Psicografia

E PROVA JUDICIAL

São Paulo

LEX MAGISTER

PRODUTOS JURÍDICOS

2013

Copyright © 2013

EDITORA:

Yone Silva Pontes

ASSISTENTE EDITORIAL:

Ana Lúcia Grillo

DIAGRAMAÇÃO:

Nilza Ohe e Wagner J. N. Pereira

REVISÃO:

J. Franzin

CAPA:

Fernanda Napolitano

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

Graphic Express



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Melo, Michele Ribeiro de
Psicografia e prova judicial / Michele Ribeiro
de Melo. -- São Paulo : Lex Editora, 2013.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7721-201-9

1. Perícia grafotécnica 2. Prova (Direito)
3. Psicografia I. Título.

12-15680

CDU-347.94

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicografia como prova judicial : Processo
civil 347.94

A ortografia desta obra está atualizada conforme o Acordo Ortográfico
aprovado em 1990, promulgado pelo
Decreto nº 6.583, de 30/09/2008, vigente a partir de 01/01/2009.

LEX EDITORA S.A.

Rua da Consolação, 77 – CEP 01301-000
São Paulo-SP
Tel.: 11 3545 2800 – Fax: 11 3545 2801
comercial@lex.com.br – www.lex.com.br

EDITORA MAGISTER

Alameda Coelho Neto, 20 – CEP 91340-340
Porto Alegre-RS
Tel.: 51 3027 1100
www.editoramagister.com.br

2013

Proibida a reprodução total ou parcial. Os infratores serão processados na forma da lei.

SYS: 970688

Sumário

Agradecimentos	5
Apresentação	9
Prefácio	11
Verdade Imortal	17
Introdução	23

Capítulo 1

Ciência e Conhecimento	27
1.1. A Ciência e a Filosofia	30
1.2. A Falseabilidade.....	38
1.3. Programas de Pesquisa Científica	43
1.4. Os Paradigmas de Thomas Kuhn.....	46
1.5. O Aspecto Científico da Doutrina Espírita.....	50

Capítulo 2

Princípios	59
2.1. Princípios Constitucionais do Processo	62
2.1.1. Princípio do Devido Processo Legal	63
2.1.2. Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	65
2.1.3. Princípio da Isonomia.....	68
2.1.4. Princípio do Promotor e Juiz Natural	69
2.1.5. Princípio do Direito de Ação	72
2.1.6. Princípio da Publicidade.....	73

2.1.7. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	75
2.1.8. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais	76
2.1.9. Princípio da Presunção de não Culpabilidade.	77
2.1.10. Princípio da Celeridade e Duração Razoável do Processo.....	79
2.1.11. Princípio da Proibição da Prova Ilícita	80
2.2. Princípios das Provas	81
2.2.1. Princípio da Autorresponsabilidade das Partes	82
2.2.2. Princípio da Audiência Contraditória	82
2.2.3. Princípio da Aquisição ou Comunhão	82
2.2.4. Princípio da Oralidade	83
2.2.5. Princípio da Concentração.....	84
2.2.6. Princípio da Publicidade.....	85
2.2.7. Princípio da Licitude da Prova	85
2.2.8. Princípio Inquisitivo	85
2.2.9. Princípio da Livre Admissibilidade da Prova.	87
2.2.10. Princípio da Imediatidade.....	88
2.2.11. Princípio do Livre Convencimento Motivado	89

Capítulo 3

Reflexões sobre o Direito à Prova	91
3.1. Meios de Prova	98
3.1.1. Provas Ilícitas	104
3.1.2. Provas Atípicas	109
3.1.3. Índícios	111
3.2. Valoração da Prova	113
3.3. Perícias.....	119
3.3.1. A Perícia Grafotécnica.....	121
3.3.2. Noções Gerais do Exame Grafotécnico.....	123

Capítulo 4

Análise da Prática da Psicografia no Judiciário.....	129
4.1. O Fenômeno Mediúnico e sua Evolução Histórica..	130
4.1.1. A Mediunidade na Antiguidade	137
4.1.2. A Mediunidade na Idade Média.....	141
4.1.3. A Mediunidade na Idade Moderna	146

4.1.4. A Mediunidade na Idade Contemporânea	148
4.1.5. Pesquisas Científicas Atuais	169
4.2. A Classificação da Psicografia como Prova Documental.....	174
4.3. Casos de Psicografia nos Julgamentos.....	180
4.3.1. Caso Humberto de Campos	181
4.3.2. Caso Henrique Emanuel	182
4.3.3. Caso Maurício.....	185
4.3.4. Caso Gilberto.....	188
4.3.5. Caso Gleide Maria Dutra.....	189
4.3.6. Caso Paulo Roberto	191
4.3.7. Caso Rosimeire e Previsto.....	192
4.3.8. Caso Ercy da Silva Cardoso	193
4.3.9. Caso em Segredo de Justiça.....	195
4.3.10. Casos de Mediunidade a Serviço da Polícia no Exterior	197
4.4. A Psicografia como Prova Judicial	199
4.4.1. Posicionamentos Controvertidos	204
Considerações Finais	209
Bibliografia	215